

# “Enseñando fomenta”: A atuação do associativismo no desenvolvimento agrícola oitocentista em duas regiões ibéricas limítrofes – o Alentejo e a Extremadura<sup>1</sup>

*“Enseñando fomenta”: The role of associations in nineteenth century agricultural development in two neighbouring Iberian regions - Alentejo and Extremadura.*

**CARLOS MANUEL FAÍSCA**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras

[carlos.faisca@uc.pt](mailto:carlos.faisca@uc.pt)

<https://orcid.org/0000-0001-7501-021X>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/03/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 06/09/2022



**Resumo.** Reforçado pela ascensão do constitucionalismo, o movimento associativo expandiu-se no século XIX nos mais variados campos de atuação. O progresso económico era um dos principais objetivos das associações oitocentistas que, no contexto ibérico de sociedades essencialmente agrárias, apostaram na evolução da agricultura como motor do desenvolvimento. Neste artigo estuda-se, em perspetiva comparada, a ação do associativismo agrícola em duas das mais extensas regiões agrícolas de Espanha e Portugal, respetivamente Extremadura e Alentejo. Conclui-se que, embora aquém dos objetivos definidos, o associativismo agrícola na região espanhola não só foi mais precoce, como também mais ativo. No entanto, futuras investigações deverão ser conduzidas de forma a cimentar a ideia da existência de um associativismo agrícola espanhol mais dinâmico.

**Palavras-chave.** Agricultura, História Agrária, História Económica, Associativismo.

**Abstract.** Strengthened as Constitutionalism consolidated, the associative movement grew in the 19<sup>th</sup> century and acted in the most diverse fields of activity. Economic progress was one

<sup>1</sup> The research of this paper has been carried out in the framework of the ReSEED Project. It has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement n°760090) and is hosted by the University of Coimbra at the Centre for Interdisciplinary Studies (UIDB/00460/2020). This paper reflects only the author's view. The European Commission and European Research Council Executive Agency are not responsible for any use that may be made of the information it contains.

Este artigo surge do ambiente de discussão científica proporcionado pelo projeto ReSEED, que tem como Investigadora Responsável Dulce Freire. Cumpre agradecer à arquivista da RSEEAP Laura Marroquín Martínez, ao Secretário Geral da referida associação Antonio García Salas e a Ana Pereira Ferreira que releu a introdução e a conclusão deste artigo. Os avaliadores do artigo são também responsáveis por alterações que contribuíram para a sua melhoria, sobretudo por exigirem o reforço da contextualização da problemática e terem recomendado o uso de bibliografia específica, desconhecida pelo autor.

of the main objectives for 19th century associations which, in the Iberian context of agrarian societies, focused on the evolution of agriculture as the leading sector of development. This article studies, from a comparative perspective, the agricultural associations in two of the most extensive agricultural regions of Spain and Portugal, Extremadura and Alentejo respectively. It is concluded that, although below the defined objectives, the agricultural associative movement in the Spanish region was not only developed earlier but also more active. Nevertheless, future research should be conducted in order to establish the idea of the existence of a more dynamic Spanish agricultural associative movement.

**Keywords.** Agriculture, Agrarian History, Economic History, Associativism.

## Introdução

Ainda que na historiografia portuguesa se encontrem exemplos do estudo do impacto das instituições no desempenho económico desde, pelo menos, a década de 1970 (PEREIRA 1971), só mais recentemente é que esta temática se tornou um dos principais eixos de investigação da história económica (NONNENMACHER 2012). Dentro das organizações contemporâneas, ou seja, dos grupos de indivíduos que buscam determinados objetivos agindo dentro de uma estrutura formal coordenada, salientam-se as decorrentes dos poderes públicos – Estado, municípios, empresas públicas – e aquelas que dependem mais da ação privada – associações, empresas, famílias.

No seguimento das ideias que se foram afirmando a partir do final de Antigo Regime na Europa, sobretudo após a implantação do constitucionalismo, o associativismo emergiu como uma solução, real ou percebida, para o almejado desenvolvimento económico e social. As associações, como resposta à fragilidade individual e como meio de agrupar esforços comuns, difundiram-se imenso ao longo do século XIX na Europa e nos Estados Unidos (LOUSADA 2017). A Península Ibérica também integrou este movimento, assinalando-se um crescimento do associativismo de forma quase paralela em Espanha e Portugal (ZOZAYA MONTES 2019: 171-172). Nesse sentido, a partir do final do século XVIII, embora frequentemente a partir de iniciativas estatais, criaram-se algumas associações privadas de fomento económico. Em simultâneo, reclamava-se pela expansão contínua deste tipo de organizações que seriam, a par com os poderes públicos, a alavanca do progresso social. Na realidade, se na Península Ibérica o século XIX foi marcado, de uma forma geral, pelo acentuar da divergência económica e social para com os países mais desenvolvidos (ALVAREZ NOGAL e PRADOS DE LA ESCOSURA 2013; PALMA e REIS 2019), a historiografia não deixa de salientar a importância do associativismo para a consolidação dos regimes constitucionais, incluindo na esfera económica ao favorecer alianças e o estabelecimento de redes clientelares de interesses vários (ZOZAYA MONTES 2019: 175).

No caso concreto da agricultura, o principal setor da economia ibérica (SIMPSON 1997: 48; BRANCO e SILVA 2017: 221), a disseminação do associativismo também foi uma questão importante (MARTINS 2005: 248). Segundo os seus defensores, a criação de associações de agricultores facilitaria a introdução e difusão de novas sementes e de instrumentos de lavoura; a organização de eventos de promoção do setor, como feiras e exposições; e a divulgação do conhecimento através de conferências, publicações e pela criação de estabelecimentos de ensino.

Este artigo centra-se sobre a atuação do associativismo privado sem fins lucrativos no desenvolvimento agrícola oitocentista de duas regiões raianas de Espanha e Portugal, respetivamente, Extremadura e Alentejo. Tratando-se de territórios com condições agroecológicas e estruturas socioeconómicas muito similares, separa-os uma fronteira política. Neste contexto, em que outros fatores são menos distintivos, torna-se mais fácil isolar o impacto da ação das instituições na agricultura das duas regiões. Tendo em consideração que historicamente o desenvolvimento da agricultura depende das condições agroecológicas, das características intrínsecas das plantas cultivadas e da ação humana, identificar o papel do associativismo privado é compreender uma parte importante deste último fator. É ainda de salientar que o associativismo agrícola oitocentista, no período em que as associações ganham preponderância (LOUSADA 2017), tem sido objeto de alguma produção historiográfica, mas permanece uma temática a explorar na historiografia agrária ibérica.

O principal objetivo é, portanto, o de identificar, em qualquer um dos lados da fronteira, uma eventual vantagem institucional relacionada com uma dinâmica associativa de maior impacto no desenvolvimento agrícola regional. Tratando-se de uma investigação em curso, este artigo foca-se, do lado Extremeño, na ação da *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País de Badajoz* (RSEEAP), enquanto do lado alentejano analisam-se as ações das Sociedades e dos Sindicatos Agrícolas. No primeiro caso, a escolha justifica-se pela importância deste tipo de associações na sociedade espanhola que se reflete, entre outros aspetos, na sua longa duração. A própria RSEEAP, fundada em 1816, continua ativa, possuindo uma Biblioteca e um Arquivo com documentação relativa à sua própria História. É precisamente pela sua importância regional, bem como pela existência de informação à disposição dos investigadores que esta associação foi a primeira a ser estudada para a Extremadura. No caso do Alentejo, a explicação é mais simples. Os Sindicatos Agrícolas foram no século XIX praticamente as únicas associações, de âmbito local e regional, com o objetivo de intervir diretamente na agricultura<sup>2</sup>. As exceções poderão ter sido

---

<sup>2</sup> A Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP), fundada em 1860, foi a principal associação agrícola portuguesa ao longo do século XIX. Contudo, tinha um âmbito nacional pelo que não foi considerada

as Sociedades Agrícolas, que também serão abordadas, mas sobre as quais poucas informações há sobre o real impacto na agricultura regional portuguesa e alentejana (BERNARDO 2022).

O artigo estrutura-se então da seguinte forma. Inicialmente caracterizar-se-ão, do ponto de vista agroecológico, as regiões alvo de análise. Em seguida, numa perspetiva comparada, descrever-se-ão as ações das referidas associações para com o setor agrícola. Por fim, concluir-se-á, com enunciação de futuras linhas de investigação. As informações até agora recolhidas sugerem um maior impacto do associativismo extremeño, pois não só a RSEEAP antecedeu em várias décadas qualquer associação agrícola no Alentejo, como parece ter sido mais interventiva sobretudo no domínio da educação. Contudo, mesmo no caso extremeño, as intenções ficaram muito aquém da realidade, com várias iniciativas e projetos a levarem imenso tempo a serem concretizados ou a nem sequer saírem do papel. Num futuro próximo, pretende-se continuar a explorar o potencial de investigação sobre o papel do associativismo agrícola nestas regiões, que previsivelmente não se esgota neste estudo, tornando as conclusões apresentadas historiograficamente mais sólidas. Posteriormente dever-se-á alargar o âmbito geográfico de análise a toda a Península Ibérica, de forma a se ir preenchendo uma certa lacuna da historiografia ibérica contemporânea, muito embora a sociabilidade associativa conte já com uma significativa produção historiográfica (ZOZAYA MONTES 2002: 23-37; ZOZAYA MONTES 2019)<sup>3</sup>, da mesma forma que a análise do associativismo agrícola oitocentista não é, de todo, um assunto inexplorado (BERNARDO 2002; MARTINS 2005; PAN-MONTOJO 2014; PLANAS, SCHUURMAN e SEGERS 2022; BERNARDO 2022).

## 1. Extremadura e Alto Alentejo: características agroecológicas

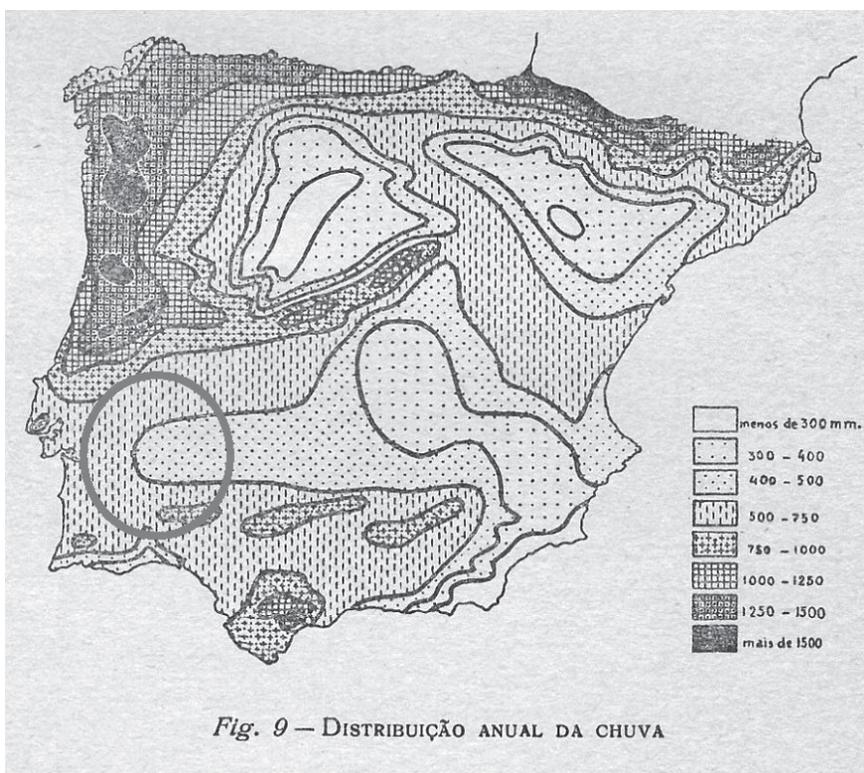
O Alentejo e a Extremadura são duas das maiores regiões dos respetivos países, a primeira com mais de 27 mil km<sup>2</sup> e a segunda com cerca de 42 mil km<sup>2</sup>, que se caracterizam historicamente por uma baixa densidade populacional concentrada em núcleos urbanos bastante distantes entre si. Do ponto de vista climático, tratam-se de zonas mediterrânicas com um estio prolongado – entre

---

neste estudo. Para se compreender a atuação da RACAP veja-se, por exemplo, BERNARDO 1997: 195-200.

<sup>3</sup> Um resumo do início e expansão dos estudos sobre sociabilidade na historiografia francesa e espanhola pode ser encontrado em ZOZAYA MONTES 2002. Mais recentemente a mesma autora publicou um artigo de síntese sobre a evolução e as principais características do associativismo ibérico entre meados do século XIX e igual período do século XX. Veja-se ZOZAYA MONTES 2019.

3 a 4 meses – e uma grande irregularidade da pouca pluviosidade que acolhem, conforme se verifica na Figura 1. A extensa estação seca corresponde também aos meses mais quentes em que as temperaturas máximas facilmente ultrapassam os 40°C, enquanto nos meses mais frios, ainda que ocorram algumas geadas, a queda de neve restringe-se aos pontos mais elevados, particularmente na Extremadura. A insolação direta é das mais elevadas da Península e, conseqüentemente, da Europa, com o número de horas de sol a situar-se, na generalidade dos territórios, entre 2.800 e as 3.000, existindo, em algumas zonas, valores acima das 3.000 horas de sol por ano (RIBEIRO, LAUTENSACH, DAVEAU 1991: 435-455; NIETO MASOT 2014: 53-58).



**Fig. 1.** Distribuição anual da chuva na Península Ibérica em meados do século XX.

*Nota:* O círculo cobre de forma grosseira as regiões do Alentejo e Extremadura.

**Fonte:** GIRÃO 1952: 28.

A maior diferença nas condições naturais entre Alentejo e Extremadura é, provavelmente, na orografia de cada região, ainda que não sejam realidades

absolutamente distintas. A região espanhola tem uma altitude média mais elevada, com algumas montanhas de elevação considerável, mas a maioria do território encontra-se entre os 450 e 550 m de altitude, existindo ainda uma área apreciável abaixo dos 400 m junto dos grandes rios (NIETO MASOT 2014: 54-56). Já o Alentejo, com exceção da Serra de S. Mamede, situa-se abaixo dos 700 m de altitude, com cerca de metade do território abaixo da cota dos 200 m e a outra metade entre os 200 e os 500 m<sup>4</sup>. Nas baixas Alentejanas, vindos das cotas mais elevadas da Extremadura, correm os dois principais rios desta zona da Península: Tejo e Guadiana. Ambos contam com dezenas de afluentes e subafluentes que, em virtude da oscilação das chuvas, tanto podem apresentar caudais consideráveis, como podem secar na totalidade (RIBEIRO, LAUTENSACH, DAVEAU 1991: 483).



**Fig. 2.** Carta Hipsométrica da Península Ibérica.

*Nota:* O círculo cobre de forma grosseira as regiões do Alentejo e Extremadura.

**Fonte:** GIRÃO 1952: 85.

Por último, também ao nível dos solos as duas regiões são muito parecidas. Predominam, tanto no Alentejo, como na Extremadura, os solos delgados e com baixa capacidade de retenção de humidade. Tudo isto resulta, de uma

<sup>4</sup> É de referir que o ponto mais elevado da Extremadura se encontra a 2.401 metros de altitude (NIETO MASOT 2014: 54), enquanto no Alentejo é de apenas 1.025 metros (GIRÃO 1952: 78).

forma geral, numa reduzida fertilidade fruto de fatores naturais, mas também por pressão antrópica (FAÍSCA 2020). Entre os fatores naturais encontra-se o clima, pois o regime de pluviosidade reduz a taxa de formação do solo e promove um período de intensa lavagem que contribui para a acidificação e empobrecimento dos solos em nutrientes, bem como de risco acrescido de perda do solo por erosão (FAÍSCA 2019: 54). A aridez estival com elevadas temperaturas completa o quadro de desgaste do solo.

Assim, a larga maioria dos dois territórios possui uma aptidão agrícola entre o moderado e o severo. É o caso, na Extremadura, das zonas montanhosas da Província de Cáceres e, em toda a região, das vastas zonas de peneplanície. Excetua-se os *Alfisolos* em torno das Vegas do Guadiana e da Tierra de Barros (NIETO MASOT 2014: 65-67). Igualmente no Alentejo a maior parte dos solos não possui aptidão agrícola ou apresenta limitações moderadas a severas. Apenas em alguns mosaicos dos concelhos de Avis, Campo Maior e Elvas e, sobretudo, na zona de barros a nordeste de Beja, o solo tem boas características para a atividade agrícola (BRITES 1995: 72-73). Contudo, mesmo nos barros de Beja, a melhor terra transtagana, só cerca de 17% dos solos se encontram classificados como de ótimo aproveitamento agrícola (FONSECA, REIS 2011: 39). Perante o quadro exposto, conclui-se que as condições agroecológicas do Alentejo e da Extremadura apresentam grandes semelhanças.

## **2. O associativismo agrícola na Extremadura e Alentejo Oitocentista**

Influenciados pela corrente ideológica que ficou conhecida por Iluminismo, um pouco por toda a Europa surgiram, na segunda metade do século XVIII, movimentos de criação de associações particulares através das quais se difundiram ideias e iniciativas que visavam a promoção do desenvolvimento económico e social através de reformas (SAAVEDRA ALIÁS 2012: 220). A Península Ibérica não foi exceção. Em Espanha, destaca-se, a partir de finais do século XVIII, a criação das Sociedades Económicas Amigas do País com um contributo importante por parte do poder público, na época representado pela Coroa. No início do século XIX, o conjunto de *Económicas*, como são conhecidas em Espanha, constituíam-se como uma rede nacional presente em quase todo o território sendo, de certa forma, coordenada informalmente a partir da *Real Sociedad Económica Matritense de Amigos del País*, com sede em Madrid (MUSLERA PARDO 2016). Estas organizações tinham, e ainda têm, como missão principal investigar os problemas económicos das regiões em que se inserem e propor meios de os corrigir. Sabendo da enorme prepon-

derância do setor agrícola na economia espanhola até meados do século XX, durante quase dois séculos analisar e intervir na economia regional foi, em grande parte, sinónimo de o fazer em relação à agricultura. Aliás, mesmo em *Económicas* situadas em regiões em pleno desenvolvimento industrial, como foi o caso da *Real Sociedad Bascongada*, que cobre o território do País Basco, foi na agricultura que se empregaram os maiores esforços e grande parte dos fundos monetários disponíveis (SAAVEDRA ALIÁS 2012: 238). A divulgação de novos métodos, em especial os provenientes da agronomia britânica e francesa, o melhoramento da produtividade agrícola, o ensino e a realização de experiência eram algumas das ações que as *Económicas* se propunham a executar (SAAVEDRA ALIÁS 2012: 238; MELÓN JIMÉNEZ 2016: 45).

Na Extremadura, a iniciativa não despertou grande entusiasmo, todavia, em 1778, foi proposta a criação de uma Sociedade em Placência, aprovada em 1780. Entre as suas principais preocupações encontrava-se o setor agrícola e as causas da sua decadência. Outras povoações extremeñas ponderaram fundar Sociedades Económicas como, por exemplo, Placencia, D. Benito, Zafra e Villafranca de los Barros, enquanto Trujillo solicitou mesmo autorização, em 1787, para criar a sua *Económica*. Tratou-se, porém, de uma existência efémera (MELÓN JIMÉNEZ 2016: 49-50). Foi em Badajoz, em 1816, que se fundou a *Real Sociedade Económica Extremeña de Amigos del País de Badajoz*, que permanece socialmente ativa até aos dias de hoje.

Em Portugal, a génese do associativismo privado e, em concreto do agrícola, pode-se encontrar também ainda no final de Setecentos e igualmente no movimento iluminista a partir das ideias defendidas, por exemplo, no seio da Real Academia das Ciências de Lisboa (BERNARDO 1997: 189-190; MARTINS 2005: 248). Na última década do século XVIII, a Academia defende a criação de sociedades agrícolas provinciais que promovessem o desenvolvimento do setor através da difusão de conhecimento, novas sementes e novos instrumentos de lavoura. As sociedades agrícolas deveriam ainda realizar experiências, dando conhecimento à Academia e divulgando-as tanto quanto possível (MARTINS 2005: 248-249). No entanto, ao contrário do exemplo espanhol, em Portugal tardou a criação de uma rede de organizações privadas que se dedicassem ao desenvolvimento do setor agrícola, fossem de carácter exclusivamente agrícola ou não. A principal e possivelmente única exceção foi a Sociedade Económica e Patriótica de Ponte de Lima, inspirada no modelo espanhol das *Económicas* (BERNARDO 2022: 375).

A primeira legislação de enquadramento para este tipo de organizações data somente de 1836 e, sobretudo, a sua implantação no território parece ter sido bastante limitada (MARTINS 2005: 248). Os poderes públicos, todavia,

insistiram com a publicação de legislação em 1844, 1854 e 1877, mas sem grande sucesso (GRAÇA 1999: 114-118). Muito mais tarde, em 1894, um novo modelo foi pensado, o dos Sindicatos Agrícolas, que teve uma abrangência territorial muito maior. É de salientar que esta expansão do associativismo agrícola se encontra inserida no aumento generalizado da sociabilidade formal e informal, fruto também da afirmação do constitucionalismo um pouco por toda a Europa, o que se refletiu nos mais variados aspetos incluindo na forma como um maior número de cidadãos passou a organizar-se coletivamente em torno de atividades de ócio (ZOZAYA MONTES 2008).

## **2.1. A Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País**

A *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País* (RSEEAP) foi criada, na cidade de Badajoz, no ano de 1816 e mantém-se ativa até aos dias de hoje. Não se trata de uma associação agrícola *stricto sensu*, já que os objetivos que persegue estendem-se para além do setor agrícola. Aliás, ao longo dos mais de dois séculos de existência, a importância da agricultura na atividade da associação variou bastante e atualmente é bastante mais reduzida. De facto, sabendo que no início de Oitocentos mais de 80% da mão de obra extremeña estava de alguma forma ligada à agricultura (MUSLERA PARDO 2016: 140), não é de admirar que grande parte da atenção da Associação se tenha centrado no desenvolvimento do setor agrícola regional. Os primeiros estatutos refletiam a importância da agricultura para a *Económica* Pacense, pois, logo no 3.º artigo, é referido que o intuito da Sociedade é fomentar a agricultura, as artes, o comércio e a instrução pública (MUSLERA PARDO 2016: 141). A agricultura contou ainda com uma Secção autónoma no quadro orgânico-funcional da associação. As ações da RSEEAP para com a agricultura podem-se dividir da seguinte forma: educação formal, não-formal e informal; inovação técnica, tecnológica e biotecnológica; e defesa dos (seus) interesses agrícolas e promoção geral do setor. Todos estes eixos de atuação são, de uma forma geral, comuns às demais *Económicas* (SAAVEDRA ALIÁS 2012: 238-239), pelo menos no plano das intenções, visto que a concretização ficou muitas vezes aquém do esperado (SAAVEDRA ALIÁS 2012: 245), como parece ter sido o caso de Badajoz.

### **2.1.1. Educação**

A grande maioria das iniciativas educativas oitocentistas da RSEEAP insere-se na educação não-formal – a criação de uma Cátedra de Agricultura fora do sistema oficial de ensino – e informal – difusão oral e escrita de obras

de diversa proveniência, bem como a aquisição e divulgação pela Biblioteca de documentação com conteúdos agrícolas. Existiu, todavia, uma exceção que se relacionou com a criação, em 1845, de um *Instituto de Segunda Enseñanza* num processo em que a Associação teve um papel decisivo. Inicialmente, a RSEEAP instou o governo a abrir um estabelecimento de *Segunda Enseñanza*, de certa forma equivalente ao que atualmente se designa por ensino secundário, em Badajoz, cedendo depois o espaço físico para o seu funcionamento (CINTAS GILABERT 2016: 58). Contudo, a lecionação de conteúdos agrícolas alterou entre a existência, no máximo, de uma ou duas disciplinas e a sua total inexistência (FAÍSCA 2019: 298-307). Adicionalmente, os alunos cujos pais estavam diretamente ligados à agricultura eram residuais na população escolar (SÁNCHEZ PASCUA 1985: 123-125), o que confirma a ideia de que sociedades rurais camponesas da época desconsideravam a importância da formação escolar (SÁNCHEZ BLÁZQUEZ 2009: 115). Daí se infere que a educação agrícola formal não deverá ter tido grande impacto junto dos agricultores extremeños e, conseqüentemente, no desempenho da agricultura regional.

Uma das primeiras iniciativas da RSEEAP no âmbito da educação não-formal foi precisamente a criação de uma Cátedra de Agricultura, o que não é de admirar, atendendo ao lema da organização, *Ensenando Fomenta*, visível na figura 3. Foi criada em 1818, dois anos após a sua fundação. Contudo, as aulas só se iniciariam em 1820 num local cedido pelo *Ayuntamiento* de Badajoz (MUSLERA PARDO 2016: 155). Além das matérias teóricas lecionadas por Julian de Luna, docente contratado para esse efeito, o ensino assumia uma forte componente prática, com a realização de trabalhos e experiências em terrenos agrícolas. Com efeito, a RSEEAP solicitou ao Rei a cedência de um terreno do Convento de Santa Ana, ao mesmo tempo que destinou oito mil reais, de um total de vinte mil que compunham a dotação anual da Cátedra, à aquisição de materiais e outros gastos relacionados com ensaios agronómicos (MUSLERA PARDO 2016: 155-156). No entanto, não só a comunidade religiosa se opôs ao processo, como as constantes dificuldades financeiras colocaram em causa o funcionamento da Cátedra, provocando atrasos no pagamento a Julián de Luna (MERINO TORRES 1898: 78-80). Além disso, o retorno provisório do Absolutismo levou, em 1823, ao encerramento da RSEEAP e, conseqüentemente, da Cátedra por uma década.

Instaurado definitivamente o Constitucionalismo, em 1833, a RSEEAP retomou as suas atividades incluindo o ensino ministrado na Cátedra de Agricultura. No entanto, as dificuldades financeiras e a generalidade da falta de meios levou, em 1836, a novo encerramento (SEPÚLVEDA MANGAS 2009: 155). Desconhece-se como a partir daqui decorreu o funcionamento desta iniciativa,

embora o objetivo da criação de um campo de experimentação tenha permanecido. Nesse sentido, em 1838, o governador civil da Província de Badajoz propôs o aforamento de um terreno, propriedade do Hospital de Santiago de Toledo, com a finalidade da RSEEAP aí instalar uma *Casa de Labor Modelo*. A ideia relacionava-se, uma vez mais, com a educação, pois a aquisição do terreno serviria para se instalar “una escuela practica de donde saldrán cultivadores, pastores y aun hortelanos y jardineros que propagen en el país los conocimientos y practicas que adquirieran en ella (...)” (Archivo de la Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos Del País [doravante ARSEEAP], Desarrollo Funcional, Secciones, Sección de Agricultura, Carta del Gobierno Civil de la Provincia de Badajoz a la RSEEAP). A verdade é que tal não veio a acontecer, sendo preciso esperar pelo início do século XX para a sua concretização. Nos anos de 1902 e 1903, aproveitando uma conjuntura favorável, pois desde final do século XIX que se encontrava previsto pelo Ministério do Fomento (SÁNCHEZ BLÁZQUEZ 2009: 126), a RSEEAP insistiu para que o Estado criasse uma Granja-Escola em Badajoz (MUSLERA PARDO 2016: 144). As obras iniciaram em 1905 e a Granja Instituto de Agricultura começou a funcionar em 1907. Atualmente, no mesmo local, mas com instalações renovadas, funciona a *Escuela de Ingeniería Agraria de la Universidad de Extremadura*.



**Fig. 3.** Logotipo da Real Sociedad Económica Amigos del País de Badajoz.

**Fonte:** Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País 2022. <https://www.rseeap.org/> (consultado a 1 de agosto de 2022).

Por último, é de salientar a oferta educativa informal que a RSEEAP possibilitou aos extremeños. Nesta categoria insere-se, por um lado, a informação reunida na Biblioteca à disposição de qualquer leitor e, por outro, as publica-

ções produzidas e/ou difundidas pela RSEEAP, assim como as conferências periodicamente realizadas. A disponibilização pública deste serviço foi um dos grandes objetivos da Associação desde o seu início. Em 1838 procurou-se, pela primeira vez, criar uma Biblioteca (PECELLÍN LANCHARRO 2016). No entanto, uma vez mais, o projeto só se concretizou mais tarde, em 1871 (MARROQUÍN MARTÍNEZ 2009: 143). A importância da agricultura na sociedade oitocentista extremeña também se refletiu nos fundos documentais da Biblioteca. Em 1888, estes eram compostos por 358 livros na secção de Agricultura (MARROQUÍN MARTÍNEZ 2009: 151) e, em 1893, eram já 469 num total de 7.961 (ARSEEAP, Memoria de los trabajos efectuados en 1893). Para efeitos de comparação note-se que, no início do século XXI, havia cerca de 700 documentos indexados em Agricultura, num universo de 24.800 (MARROQUÍN MARTÍNEZ 2009: 151), pelo que se conclui, que os temas agrícolas eram mais valorizados no passado do que atualmente.

A RSEEAP foi ainda bastante ativa na difusão de estudos e de conhecimento agrícola das mais diferentes proveniências, quer pela produção e/ou distribuição de material escrito, quer pela organização periódica de conferências (MUSLERA PARDO 2016: 142). Este trabalho de divulgação, por sua vez, divide-se entre o conhecimento produzido pelos próprios associados e aquele que, sendo de proveniência externa, encontrava na Associação um canal de distribuição. Neste último caso, salientam-se sobretudo os relatórios, notícias e epístolas enviadas por várias organizações, com especial destaque para as outras *Económicas*. O Arquivo da Associação guarda vários desses exemplares, com natural destaque para a *Económica* Matritense<sup>5</sup>, mas onde também se dá conta de troca regular de informações de cariz agrícola com as *Económicas* de Sevilha – com quem discute a introdução de arroz de sequeiro na Extremadura (ARSEEAP, Carta de la RSEEAP de Badajoz a la de Sevilla acusando recibo del oficio por el cual se proporciona a esta sociedad un almud de arroz de secano entregado por la sociedad de Sevilla) –, de Málaga – à qual se questiona sobre o cultivo de uma variedade de figueira (ARSEEAP, Carta de la RSEEAP de Málaga a la RSEEAP de Badajoz) –, e a troca de memórias e publicações com quase todas as *Económicas* de Espanha e colónias<sup>6</sup>.

Quanto ao trabalho interno da Associação, posteriormente apresentado aos demais associados, encontra-se bastante presente. A discussão de temas agrícolas é recorrente e diversificada. Eis alguns exemplos: a memória sobre o

---

<sup>5</sup> No quadro de classificação do Arquivo da RSEEAP existe mesmo uma série documental específica para a correspondência com esta *Económica*. Archivo de la RSEEAP, Organización Interna, Cuadro Directivo, Secretario, Correspondencia con la Matritense.

<sup>6</sup> A lista é extensa e inclui, fora do território europeu de Espanha, pelo menos Cuba (RSEAP de Havana) e Filipinas.

cultivo de Amoreiras, da autoria de Eusebio Ruiz de la Escalera, como requisito de admissão a sócio (ARSEEAP, Ensayo de D. Eusebio Ruiz de la Escalera sobre el cultivo de las moreras); o trabalho sobre a introdução de arroz de sequeiro, produzido por José Barrientos (ARSEEAP, Memoria presentada por C. José Barrientos, sobre el resultado del ensayo hecho para aclimatar el arroz llamado de secano); e a avaliação do arado *Dombsdale*, assinada pela Secção de Agricultura da RSEEAP (ARSEEAP, Escrito de la Sección de Agricultura sobre los beneficios del Arado Dombasle).

### 2.1.2. Inovação técnica, tecnológica e biotecnológica

A inovação na agricultura foi uma preocupação constante da Associação. Os exemplos são múltiplos e cobrem toda a cronologia analisada. A introdução de novas plantas agrícolas ou, dentro das existentes, de novas variedades foi um dos aspetos mais recorrentes, incluindo, no campo da biotecnologia<sup>7</sup>, o melhoramento e a adaptação ao clima local. Nesse sentido, defendeu-se a introdução e o cultivo generalizado de *rubia* (ARSEEAP, Informe sobre la “rubia o granza” despachado por la clase de Agricultura), de amoreiras (ARSEEAP, Ensaio sobre el cultivo de las moreras) e de algodão, como suportes à indústria têxtil, e de tabaco para consumo humano (ARSEEAP, Petición dirigida al presidente del Consejo de Ministros, para que conceda la autorización de ensayar en la provincia de Badajoz, el cultivo de tabaco).

A defesa da introdução de novas variedades de aveia, trigo e laranja (ARSEEAP, Contestación al interrogatorio hecho por la Sociedad Económica de Amigos del País de Madrid), bem como de culturas inexistentes ou pouco comuns na Extremadura como figo (ARSEEAP, Carta de la RSEEAP de Badajoz a la RSEEAP de Granada, requiriendo información sobre la aclimatación del cultivo de higos de Esmirna), arroz (ARSEEAP, Memoria presentada sobre el resultado del ensayo para aclimatar el arroz llamado de secano) ou cacau, foram outras das iniciativas desta Associação, no âmbito da alimentação humana, principal missão da agricultura ibérica oitocentista. Tratando-se, nestes casos, de plantas e/ou variedades provenientes de climas algo distintos do extremeño, chegaram-se a propor e, no caso do arroz, a realizar, experiências de aclimatização. A *Económica* Pacense promoveu ainda estudos sobre as enfermidades dos grãos, cereais e oliveiras (MUSLERA PARDO 2016: 142).

Noutra perspetiva, a RSEEAP também se esforçou por promover inovações das técnicas agrícolas e o uso de novas tecnologias. O caso mais documentado terá sido o da introdução do arado *Dombasle*. Em 1839, depois de um parecer

<sup>7</sup> Por biotecnologia entende-se qualquer técnica que usa organismos vivos para melhorar plantas ou animais. Ver KLOPPENBURG 2004.

positivo da Secção de Agricultura, a Direção adquiriu dois arados para colocar à disposição dos sócios esperando, desta forma, fomentar a difusão deste instrumento considerado muito útil para o aumento da produção agrícola (ARSEEAP, Escrito sobre los beneficios del Arado Dombasle). O mesmo ocorreu com o ensaio e divulgação de um novo modelo de debulhador de cereais (MUSLERA PARDO 2016: 142).

Ainda neste âmbito, outro assunto em que a Associação se envolveu, muito embora não tenha saído do plano teórico, é o da expansão do regadio através da construção de obras de hidráulica agrícola (ARSEEAP, Carta de la RSEEAP al Ayuntamiento de esta capital, presentando el informe sobre canales y riego). Com efeito, a falta de água no estio e, no extremo oposto, as cheias de inverno são dos principais fatores apontados pela RSEEAP como obstáculos crónicos ao desenvolvimento agrícola da região (ARSEEAP, Contestación al interrogatorio hecho por la Sociedad Económica de Amigos del País de Madrid). Pode-se referir também, na exploração florestal, a produção de um documento técnico sobre a extração de cortiça (MUSLERA PARDO 2016: 142), operação delicada que, sem a devida execução, pode prejudicar a qualidade da matéria-prima ou até mesmo ferir mortalmente o sobreiro, algo relativamente comum na época (FAÍSCA 2015).

### **2.1.3. Defesa dos (seus) interesses agrícolas e promoção do setor**

A RSEEAP esteve envolvida em alguns dos principais debates da agricultura extremeña (e espanhola) oitocentista. As suas intervenções adquiriram muitas vezes um carácter político e corporativo. Atendendo à posição tomada nalgumas das discussões em que se envolveu, pode-se afirmar que a Associação defendeu os interesses dos proprietários extremeños, previsivelmente seus associados. Assim, logo em 1819, a Sociedade escreveu ao rei expondo os graves problemas agrícolas da região e defendeu a livre exportação de cevada para Portugal como forma de salvar a situação económica dos agricultores locais (MUSLERA PARDO 2016: 142). Outro exemplo, talvez dos mais claros de intervenção política, ocorreu quando, em 1837, a RSEEAP manifestou junto das Cortes a sua oposição à pretensão da *Diputación* de Málaga, para que se autorizasse a importação de cereais (ARSEEAP, Carta de la Sociedad Económica de la ciudad de Badajoz, dirigida al señor presidente de las Cortes Generales de la Nación, en la que se le pide que impida la importación de granos extranjeros que solicitó la Diputación Provincial de Málaga). Ora, esta medida chocava com os interesses dos proprietários extremeños, pois a cerealicultura era uma das componentes mais significativas da agricultura regional (LLOPIS AGELÁN e ZAPATA BLANCO 2001: 284-285). Compreende-se, então, a oposição

movida, pois a proposta Andaluza sujeitaria a produção de cereais na Extremadura à concorrência externa, temendo os produtores não poder competir com a quantidade, qualidade e, sobretudo, com o preço do trigo estrangeiro.

No ano seguinte suceder-se-ia nova intervenção política com pedido, ao Secretário de Estado da Fazenda, de isenção fiscal para os produtores de vinho (AR-SEEAP, Carta dirigida al Secretario de Estado y del despacho de Hacienda, en la que muestra su apoyo al gremio de los Agricultores y le pide que tenga en cuenta su petición). Mais tarde, em 1886, a criação de gado, outra atividade importante na Extremadura, também encontrou nesta Associação um veículo de pressão política quando, novamente junto do governo, foi pedida a abertura do comércio pecuário com Portugal (MUSLERA PARDO 2016: 142). A crise agrária que, no final do século XIX, afetou grande parte do setor em toda a Península Ibérica e no resto da Europa, correspondeu a outro período de elevada atividade político-corporativa. A *Económica* Pacense organizou então um conjunto de reuniões, para as quais convidou os principais agricultores da região, com a finalidade de encontrar soluções para o problema. O resultado foi a redação de um documento entregue ao Ministro da Fazenda (MUSLERA PARDO 2016: 143).

No século XIX, generalizou-se a organização de feiras e exposições como forma de promoção económica que, por sua vez, se insere num movimento mais amplo de reforço acentuado do marketing empresarial (CHANDLER 2004: 17). O exemplo mais paradigmático ocorreu em 1851, com o início das Exposições Universais/Internacionais, desde então periodicamente organizadas. Existiram igualmente certames deste tipo, de âmbito nacional e regional, como a Exposição Agrícola de Lisboa, em 1865, ou a Exposição Vitícola do Palácio de Cristal, no Porto, em 1880. Na Extremadura realizaram-se eventos análogos, com destaque para a Exposição Regional Extremeña, em 1892 (MERINO TORRES 1892). A ideia partiu, no ano anterior, da RSEEAP, e em especial de um dos seus membros, Carlos Soler y Arqués. A busca de parcerias regionais – Ayuntamiento de Badajoz e Cáceres, Diputación de Badajoz e Cáceres – e nacionais – Administração Central – permitiu a realização de um evento de dimensão significativa. A secção de Agricultura e Silvicultura foi a mais concorrida, tendo-se apresentado 145 expositores, dos quais 63 na Classe 1 – cereais. O número de amostras de cereais ultrapassou as 130, com predominância para o trigo. Contudo, a diversidade da agro-silvicultura da Extremadura esteve bem patente com a exposição de legumes (grãos e favas), tubérculos e hortaliças (batatas, alhos, nabos forrageiros e cebolas de sequeiro), frutas (laranjas, as peras, os melões, as melancias, as amêndoas e castanhas), e produtos florestais, essencialmente lenhas e cortiças (MERINO TORRES 1892).

Em resumo, pode-se afirmar que a *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País de Badajoz* não se eximiu de atuar no setor agrícola extremeño

ao longo de todo o século XIX nas mais diversas vertentes. Desta forma, a RSEEAP procurou cumprir uma das missões consagradas nos estatutos desde a sua fundação, a de fomentar a agricultura. No entanto, não deixa de ser verdade que a falta de recursos inviabilizou muitos dos projetos mais ambiciosos, sendo prova disso a Cátedra de Agricultura, bem como a demora na criação de um “laboratório” experimental.

## 2.2. Associações agrícolas no Alentejo Oitocentista

Relacionado, ainda que de forma não-exclusiva, com o associativismo agrícola existiu em Portugal, no final século XVIII, uma tentativa infrutífera de se estabelecer uma rede de Sociedades Económicas à semelhança da que foi implementada no país vizinho (GRAÇA 1999: 114), conhecendo-se apenas a criação de uma única associação deste género em Ponte de Lima (BERNARDO 2022: 375). É expectável que a ter sido implementada, tal como se viu no caso da *Económica* Extremeña, a agricultura seria um dos eixos principais de atuação. Igualmente durante o Antigo Regime, a Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1790, delineou um plano para a formação de sociedades de agricultura provinciais que difundissem instruções, projetos, novas sementes, notícia de novos inventos, desenhos de utensílios e instrumentos de lavoura (BERNARDO 1997: 189-190). Não tendo sido logo concretizada, uma ideia idêntica foi proposta às cortes em 1826, mas a turbulência política que caracterizou o início do século XIX em Portugal impossibilitou novamente a sua efetivação (MARTINS 2005: 248).

### 2.2.1. Sociedades Agrícolas

Somente em 1844, a partir de uma iniciativa Estatal, surgem as Sociedades Agrícolas cuja respetiva regulamentação, datada de 20 de setembro, determinava a sua fundação em todas as capitais de distrito (GRAÇA 1999: 31). Todavia, bastante dependentes dos Governos Cívicos, as Sociedades Agrícolas parecem não ter conseguido nem integrar os agricultores, nem atingir os objetivos a que se propunham. A historiografia refere apenas, como exceções, as Sociedades Agrícolas de S. Miguel (Micaelense), Porto, Bragança e Madeira (GRAÇA 1999: 116-118; MARTINS 2005: 249; BERNARDO 2022: 383). Em 1848, uma circular governamental instigou os governadores civis a promover a criação de Sociedades Agrícolas e, nos dois anos seguintes, surgiram 12 novas sociedades de norte a sul do país (BERNARDO 2022: 382-383)<sup>8</sup>.

No território do Alentejo, tendo as sociedades das respetivas capitais de

---

<sup>8</sup> Em concreto Beja, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Horta, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu (BERNARDO 2022: 382-383).

distrito alentejanas sido criadas entre finais de 1848 e inícios de 1849 (BERNARDO 2022: 382-383), na realidade a atividade deste tipo de associações é pouco conhecida. No caso de Évora, sabe-se que a Sociedade Agrícola local emitiu um parecer favorável, em 1857, à pretensão do governo de autorizar o depósito de cereais estrangeiros entrados no porto de Lisboa (BERNARDO 2002). Já a de Beja poderá ter tido um impacto mais efetivo na agricultura pois conseguiu criar, em 1858, uma horta de experimentação, mas da qual pouco mais se sabe (GRAÇA 1999: 117). Foi também assinalado que as Sociedades Agrícolas atuaram sobretudo na transmissão de informações ao Governo e que participaram em alguns debates sobre a definição da política agrícola (BERNARDO 2022: 391). De qualquer forma, estas associações tiveram, tanto quanto se sabe, uma breve duração e foram oficialmente extintas em 1877, quando aparentemente nenhuma se encontrava em atividade (BERNARDO 2022).

### **2.2.2. Sindicatos Agrícolas**

Será preciso esperar pelo final de Oitocentos para um novo tipo de associativismo agrícola emergir em Portugal. Desta vez, ao que tudo indica, com maior cobertura nacional e, sobretudo, maior impacto real na agricultura, muito embora aquém do previsto. Depois de, uma vez mais, a conjuntura política ter atrasado a concretização da iniciativa, a 5 de julho de 1894 seriam criados os Sindicatos Agrícolas (GRAÇA 1999: 153). Ao contrário da experiência anterior, os Sindicatos, legislativamente bastante mais autónomos para com os poderes públicos, conseguiram integrar muitos membros ligados à agricultura, embora excluindo na generalidade os pequenos agricultores (GRAÇA 1999: 157). Não se encontrando restritos às sedes de Distrito, estas associações disseminaram-se um pouco por todo o território português, ainda que lentamente. Assim, em 1900, no Alentejo, contavam-se apenas 6 sindicatos, em Castelo de Vide, Alter do Chão, Estremoz, Vila Viçosa, Évora e Reguengos de Monsaraz (GRAÇA 1999: 160). Volvidos 8 anos, o número mais que triplicara até aos 19 Sindicatos (GRAÇA 1999: 161).

Os objetivos destas associações eram, genericamente, os de promover o desenvolvimento da agricultura e defender corporativamente os interesses dos agricultores seus associados. É o caso do Sindicato Agrícola de Évora, criado em 1877, que pretendia, em primeiro lugar, introduzir práticas agrícolas inovadoras na região, mas também se interessava por quaisquer outros assuntos relativos ao sector (BERNARDO 2002). Na realidade, a própria legislação de enquadramento sugeria um modelo de estatutos onde se indicavam os respetivos objetivos. Logo no artigo 1.º da Carta de Lei de 3 de abril de 1896 é

determinado que os Sindicatos Agrícolas têm “ (...) por fim principal estudar, defender e promover tudo quanto importe aos interesses agrícolas gerais”. Nas demais alíneas do citado artigo concretiza-se com uma atuação em torno de diferentes tipos de estratégias educativas através do estabelecimento de bibliotecas, cursos, conferências e campos de experiência; da facilitação na aquisição e distribuição de adubos, sementes e plantas em condições vantajosas de preço e qualidade; da compra de máquinas agrícolas ou animais reprodutores; da promoção do escoamento dos produtos agrícolas.

Ainda que o modelo de estatutos fosse apenas facultativo, a verdade é que a larga maioria dos Sindicatos Agrícolas acabaram por o seguir. Esta prática de mimetização dos estatutos entre associações de carácter semelhante não foi exclusiva dos Sindicatos Agrícolas, conhecendo-se exemplos em outros tipos associativos (ZOZAYA MONTES 2018), que se estenderam também aos primeiros compromissos das Misericórdias em Portugal que, mesmo ao fim de meio milénio, permanecem bastante semelhantes entre si (SILVA 2017). Restringindo a análise ao Alentejo, é possível adiantar que foi o que ocorreu com o de Alter do Chão (CANELAS 2014: 25), Vila Viçosa (SYNDICATO AGRÍCOLA DE VILA VIÇOSA 1899), Castelo de Vide (SYNDICATO AGRÍCOLA DE CASTELO DE VIDE, 1899), Sul do Sado, sediado em Santiago do Cacém (SYNDICATO AGRÍCOLA DOS LAVRADORES DO SUL DO SADO 1900), e Elvas (SYNDICATO AGRÍCOLA DE ELVAS 1904). À semelhança da RSEEAP, os Sindicatos também almejaram atuar ao nível da educação, da inovação e na promoção e defesa dos interesses do setor agrícola. Contudo, se os objetivos eram ambiciosos, a sua concretização parece ter sido pouco efetiva.

Dos vários Sindicatos Agrícolas existentes no Alentejo, só foi possível, até agora, reunir informação sobre a atuação concreta de dois: Évora e Alter do Chão. Reproduzindo, pela componente comparativa subjacente a este artigo, a lógica aplicada à ação da RSEEAP, conclui-se, em primeiro lugar, que no campo educativo os Sindicatos Agrícolas foram menos abrangentes do que a *Económica* Extremeña. De facto, não tiveram qualquer intervenção nem na educação formal, nem na não-formal. Excetua-se a educação informal, no âmbito da qual o Sindicato Agrícola de Évora promoveu iniciativas dignas de registo. Uma das principais foi a organização, em 1899, de um congresso sobre o estado da vitivinicultura alentejana (REAL SYNDICATO AGRÍCOLA D'ÉVORA 1900), num período em que o filoxera assolava a região (FONSECA 1996: 130-131). Além deste tipo de eventos, a associação eborense publicou, entre 1901 e 1904, um Boletim que incluiu a divulgação de inúmeros artigos de autores nacionais e estrangeiros sobre novas técnicas agrícolas, novas variedades

de cereais, utilização de adubos, etc. Já no caso de Alter do Chão, a Direção do Sindicato, em 1906, dá conta de organizar pequenas palestras na Sede para os seus associados, esforçando-se ainda por constituir uma pequena Biblioteca, mas que a falta de meios financeiros adiou sucessivamente (CANELAS 2014: 32).

Relativamente à inovação técnica, tecnológica e biotecnológica, é de referir, antes de tudo, que quer o Sindicato de Évora, quer o de Alter do Chão, nunca conseguiram criar as instalações necessárias para realizar quaisquer experiências biotecnológicas. No caso eborense, o Sindicato, após criticar a inação do Estado perante a ausência de uma Quinta Regional de Agricultura que permitisse realizar experiências com plantas e animais, propõe-se fazê-lo. Para tal, devido à dimensão do empreendimento, defendia que os sindicatos transtaganos deviam agrupar-se numa Federação. Contudo, a própria associação eborense reconhece que o número limitado de Sindicatos na região e a fraca adesão dos agricultores, em particular dos menos abastados, tornava muito difícil a tarefa (BOLETIM DO REAL SYNDICATO D'ÉVORA 1901: 137-139). Este falhanço, todavia, não significou que a associação se abstinhasse de qualquer atuação na introdução de novas sementes. Na realidade, o Sindicato, em 1903, efetua uma distribuição, junto dos seus associados, de uma variedade de trigo mole italiano (*Rieti*). O objetivo era o de promover a expansão dos trigos moles devido à sua maior aptidão para a produção de pão. Consequentemente, o trigo mole apresentava uma maior procura pelas moagens industriais, bem como um maior valor de mercado por comparação com os trigos rijos mais comuns no Alentejo (BOLETIM DO REAL SYNDICATO D'ÉVORA 1902).

Em Alter do Chão, por sua vez, pretendia-se construir um Posto Hípico de Cobrição, dada a importância do Cavalu Puro-Sangue Lusitano na região, mas que também nunca veio a acontecer (CANELAS 2014: 26). Aliás, quando questionada, em 1906, sobre a melhoria de processos culturais e a introdução de novas culturas, a Direção do Sindicato alega que as experiências, realizadas pelo seu Presidente nas suas propriedades devido à falta de local próprio, não têm sido satisfatórias. Assim, a Associação tinha por hábito aconselhar os agricultores a adquirir sementes junto de estações oficiais competentes (CANELAS 2014: 32). Demonstrando, ao contrário do congénere de Évora, uma total inação relativamente à promoção da inovação biotecnológica na agricultura local, os dirigentes do Sindicato de Alter sublinham que não têm procurado introduzir quaisquer novas culturas devido à aspereza do clima e à crónica falta de água (CANELAS 2014: 32).

Mais efetiva foi a introdução de novas tecnologias. Assim, em Alter do Chão,

a Liga Agrária de Alter – uma cisão do Sindicato Agrícola local<sup>9</sup> – adquiriu duas Debulhadoras a Vapor para uso dos sócios (CANELAS 2014: 31), enquanto em Évora foi possível, através do Sindicato, a importação de alfaías agrícolas alemãs abaixo do preço de mercado (BOLETIM DO REAL SYNDICATO D'ÉVORA 1901: 45). O emprego de adubos é outro dos eixos de intervenção dos dois Sindicatos, ora numa lógica cooperativa, na aquisição de grandes quantidades a um preço unitário mais reduzido, ora através do estabelecimento de acordos com fornecedores como a Companhia União Fabril (BOLETIM DO REAL SYNDICATO D'ÉVORA 1901: 45; CANELAS 2014: 31).

Por fim, em relação à promoção do setor e à defesa dos interesses dos agricultores associados, ambas as associações demonstraram alguma atividade. Nos eventos de promoção do setor é de referir, por exemplo, a organização, pela Liga Agrária de Alter, de um concurso de Charruas ao qual concorreram 33 exemplares de diversos fabricantes nacionais e estrangeiros (CANELAS 2014: 31-33). Do ponto de vista da intervenção política, os exemplos são constantes. Um bom exemplo foi a ação do Diretor da Liga Agrária de Alter, que proferiu várias conferências, uma delas na sede da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, defendendo o protecionismo à produção de trigo, não obstante considerar a pouca aptidão dos solos alentejanos para a sua produção (ANTT, NP 881).

## Conclusões e futuras linhas de investigação

Numa primeira análise, parece ser possível afirmar que, ao longo do século XIX, a intervenção associativa no setor agrícola foi mais efetiva na Extremadura do que no Alentejo. Desde logo porque se iniciou no primeiro quartel de oitocentos, enquanto no Alentejo apenas na segunda metade do século XIX, caso se considere a experiência pouco sólida das Sociedades Agrícolas, ou, se for tida em apreciação a ação mais consistente dos Sindicatos Agrícolas, a partir da década de 1890. Adicionalmente, pelo menos ao nível da educação agrícola, a *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País de Badajoz* conseguiu importantes sucessos nunca alcançados pelas associações alentejanas. Em concreto, o funcionamento, mesmo que por alguns anos, da Cátedra de Agricultura, o estabelecimento do Ensino Secundário em Badajoz e, já no

---

<sup>9</sup> Em 1902, três anos após a sua fundação, dá-se uma cisão no Sindicato Agrícola de Alter alegando os dissidentes que o Presidente do Sindicato, o Visconde de Alter, não apresentava as contas aos associados. Deste descontentamento nasceu a Liga Agrária de Alter com os mesmos objetivos do Sindicato, existindo, portanto, duas associações agrícolas concorrentes na pequena vila de Alter do Chão.

início do século XX, a constituição de uma Granja-Escola. Este, que foi um dos grandes objetivos de sempre da RSEEAP, também o foi de várias associações agrícolas do Alentejo, porém, do lado ocidental da fronteira nunca foi atingido.

Nos demais aspetos analisados, designadamente promoção de eventos, difusão de outras inovações tecnológicas e defesa dos interesses dos agricultores, existe um grande paralelismo sendo mais difícil argumentar uma maior atividade de qualquer um dos lados da fronteira, muito embora, sublinhe-se novamente, a elevada precocidade comparativa extremeña. Contudo, mesmo a RSEEAP teve bastantes dificuldades em concretizar os objetivos a que se propôs, sendo paradigmático o funcionamento intermitente da Cátedra de Agricultura e da inexistência, durante mais de oito décadas, de um campo de experimentação de apoio ao ensino agrícola, algo previsto desde o início. Assim, tal como tem vindo a ser assinalado pela historiografia, a *Económica* de Badajoz insere-se no quadro geral das *Económicas* espanholas, cujo balanço dos projetos que procuraram implementar foi habitualmente modesto (SAAVEDRA ALIÁS 2012: 245).

Num futuro próximo pretende-se cimentar estas conclusões com o alargamento da pesquisa aos arquivos municipais e às publicações periódicas locais, o que poderá levar à identificação de outras associações nestes territórios. De igual forma, a própria ação dos poderes públicos tem que ser considerada, pois estes poderão ter suprido, de forma eficaz, alguns dos objetivos iniciais destas associações, tornando desnecessário e/ou redundante a atuação associativa. Sabe-se, por exemplo, que em Alter do Chão funcionou, embora apenas por alguns anos, uma Escola Prática de Agricultura que possuía um campo de experimentação (FAÍSCA 2019: 293-294). Por último, será necessário analisar com profundidade a evolução da agricultura alentejana e extremeña para procurar compreender se, de facto, existiu alguma consequência prática do associativismo agrícola e do aparente maior dinamismo extremeño. Finalizado o grosso da investigação nas regiões raianas, almeja-se estender a análise a toda a Península Ibérica esperando que, ao contrário dos casos agora estudados, existam os meios necessários para a sua execução.

## Fontes Manuscritas

Archivo de la Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País (AR-SEEAP), Desarrollo Funcional, Secciones, Sección de Agricultura, Carta del Gobierno Civil de la Provincia de Badajoz a la RSEEAP; Carta de la RSEEAP de Málaga a la RSEEAP de Badajoz; Ensayo de D. Eusebio Ruiz de la Escalera sobre el cultivo de las moreras; Escrito de la Sección de Agricultura

de la RSEEAP sobre los beneficios del Arado Dombasle; Expediente sobre el Informe sobre la “rubia o granza” despachado por la clase de Agricultura; Ensaio sobre el cultivo de las moreras; Petición dirigida al presidente del Consejo de Ministros, para que conceda la autorización de ensayar en la provincia de Badajoz, el cultivo de tabaco; Carta de la RSEEAP de Badajoz a la RSEEAP de Granada, requiriendo información sobre la aclimatación del cultivo de higos de Esmirna.

ARSEEAP, Organización Interna, Cuadro Directivo, Memoria de los trabajos efectuados en 1893; Correspondencia con otras Sociedades Económicas, Carta de la RSEEAP de Badajoz a la RSEAP Sevilla acusando recibo del oficio por el cual se proporciona a esta sociedad un almud de arroz de secano entregado por la sociedad de Sevilla; Memoria presentada por C. José Barrientos, sobre el resultado del ensayo hecho para aclimatar el arroz llamado de secano; Contestación al interrogatorio hecho por la Sociedad Económica de Amigos del País de Madrid; Carta de la RSEEAP al Ayuntamiento de esta capital, presentando el informe sobre canales y riego; Contestación al interrogatorio hecho por la Sociedad Económica de Amigos del País de Madrid; Carta de la Sociedad Económica de la ciudad de Badajoz, dirigida al señor presidente de las Cortes Generales de la Nación, en la que se le pide que impida la importación de granos extranjeros que solicitó la Diputación Provincial de Málaga; Carta dirigida al Secretario de Estado y del despacho de Hacienda, en la que muestra su apoyo al gremio de los Agricultores y le pide que tenga en cuenta su petición.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Min. Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição dos Serviços Agronómicos, 1.ª Secção, Correspondência dos Conselhos de Agricultura Distrital, NP 881.

## Bibliografía

- ALVAREZ NOGAL, Carlos; PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro (2013). “The Rise and Fall of Spain (1270–1850)”. *Economic History Review*, 66, 1-37.
- BERNARDO, Maria Ana (1997). “Les élites agraires portugaises au XIXe siècle: entre groupes de pression et associations”. *Histoire, Économie et Société*, 16 (2), 189-202.
- BERNARDO, Maria Ana (2002). “O associativismo agrícola português no Liberalismo e na 1.ª República: os sentidos de um percurso”, in *Empresas e Instituições em Perspectiva Histórica, XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Aveiro, 15 e 16 novembro de 2002.

- BERNARDO, Maria Ana (2022). “As Sociedades Agrícolas Distritais e a construção do Estado Liberal no Portugal de Oitocentos”, in Fernando Martins, Maria Ana Bernardo e Paulo E. Guimarães (coord.), *Entre África e Europa: estudos históricos de homenagem ao Professor Helder Adegar Fonseca*. V.N. Famalicão: Humus, 375-404.
- BRANCO, Amélia e SILVA, Ester Gomes da (2017). “Growth, Institutional Change and Innovation, 1820-1930”, in Pedro Lains e Dulce Freire (eds.), *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden: Brill, 219-239.
- BRITES, Sérgio Manuel (1995). *Conservação da água e solo no Sul de Portugal: contribuição para o ordenamento do território*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- CANELAS, Manuel Prates (2014). *Memórias Agrícolas do Concelho de Alter do Chão, 1851-1908*. Alter do Chão: Município de Alter do Chão.
- CHANDLER, Alfred (2004). *Scale and Scope: The dynamics of Industrial Capitalism*. 7.<sup>a</sup> ed. Cambridge: Harvard University Press.
- CINTAS GILABERT, Manuel (2016). “Historia de la Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País”, in Carmen Araya Iglesias e Miguel Ángel Naranjo Sanguino (eds.), *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País de Badajoz: 1816-2016*. Badajoz: Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País, 53-63.
- FAÍSCA, Carlos Manuel (2015). “Criando uma desvantagem? A regulação contratual das práticas suberícolas em Espanha e Portugal (1852-1914)”. *Revista Portuguesa de História*, 46, 413-431. [http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147\\_46\\_21](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_46_21)
- FAÍSCA, Carlos Manuel (2019). *El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914*. Badajoz: Universidad de Extremadura. Tesis Doctoral.
- FAÍSCA, Carlos Manuel (2020). “Economy and Ecology in the Iberian Cork Oak Forests: Land Use in the Second Half of the 19<sup>th</sup> century”. *Configurações*, 26, 83-105. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.10121>
- FONSECA, Helder Adegar (1996). *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime (2011). “The limits of agricultural growth in a fragile eco-system: Total Factor Productivity in Alentejo, 1750-1850”, in M. Olsson e P. Svensson (eds.), *Growth and stagnation in European historical agriculture*. Turnhout: Brepols publishers, 37-66.
- GRAÇA, Laura Larcher (1999). *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*. Lisboa: Conselho Económico Social.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1952). *Geografia de Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Portucalense Editora.

- KLOPPENBURG, Jack Ralph (2004). *First the seed: the political economy of plant biotechnology, 1492-2000*. 2nd ed. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- LLOPIS AGELÁN, Enrique e ZAPATA BLANCO, Santiago (2001). “El «sur del sur». Extremadura en la era de la industrialización”, in Luis Germán et al. (eds.), *Historia Económica Regional de España: siglos XIX e XX*. Barcelona: Crítica, 271-299.
- LOUSADA, Maria Alexandre (2017). “O «espírito de associação» em Portugal. Dinâmica social e legislação (1820-1926)”, in Luísa Veloso et al. (eds.), *Anarquismo, Trabalho e Sociedade: livro de homenagem a João Freire*. Lisboa: Almedina, 97-119.
- MARROQUÍN MARTÍNEZ, Laura (2009). “La Biblioteca de la RSEEAP y la Agricultura del siglo XIX”, in Sara Espina Hidalgo (ed.), *Dioses, Mitos y Demonios: La Agricultura Extremeña en el siglo XIX*. Badajoz: Junta de Extremadura, Consejería de Agricultura y Desarrollo Rural, 142-153.
- MARTINS, Conceição Andrade (2005). “Agricultura”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (eds.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II (o século XIX). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 219-259.
- MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel (2016). “Las Sociedades Económicas de Amigos del País”, in Carmen Araya Iglesias e Miguel Ángel Naranjo Sanguino (eds.), *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos de País de Badajoz, 1816-2016*. Badajoz: Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País, 45-54.
- MERINO TORRES, Albertino (1892). *Memoria de la Exposición Regional Extremeña*. Badajoz: Tip. La Industria de Uceda Hermanos.
- MERINO TORRES, Albertino (1898). *Apuntes para la Historia de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Badajoz*. Badajoz: Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País.
- MUSLERA PARDO, Enrique (2016). “La Agricultura y la Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País (1816-2016)”, in Carmen Araya Iglesias e Miguel Ángel Naranjo Sanguino (eds.), *Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos de País de Badajoz, 1816-2016*. Badajoz: Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País, 139-147.
- NIETO MASOT, A. (2014). “Base Territorial”, in Deputación de Badajoz (ed.), *Treinta Años de Economía y Sociedad Extremeñam 1983-2013*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- NONNENMACHER, Tomas (2012). “The New Institutional Economics and Economic History”, in Robert Whaples e Randall E. Parker (eds.), *Routledge handbook of modern economic history*. New York: Routledge, 14-23.

- PALMA, Nuno; REIS, Jaime (2019). “From Convergence to Divergence: Portuguese Economic Growth, 1527–1850”. *The Journal of Economic History*, 79 (2), 477-506.
- PAN-MONTOJO, Juan (2014). “El progreso de la agricultura como proyecto social gran propiedad y asociacionismo en Argentina y España. 1866-1914”, in Juan Pro, María Sierra Alonso, Diego A. Mauro (coord.), *Desde la Historia: Homenaje a Marta Bonaudo*. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 209-234.
- PECELLÍN LANCHARRO, Manuel (2016). *El siglo XIX en la Biblioteca de la RSEEAP de Badajoz*. Badajoz: Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1971). *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Cosmos.
- PLANAS, Jordi; SCHUURMAN, A.J.; SEGERS, Y. (2022). “The formation of agricultural governance: the interplay between state and civil society in European agriculture, 1870-1940”. *Documentos de Trabajo de la Sociedad de Estudios de Historia Agraria*, 2204.
- REAL SOCIEDAD ECONÓMICA EXTREMEÑA DE AMIGOS DEL PAÍS (2022). Sitio web da RSEEAP. <https://www.rseeap.org/> (consultado em 1 de agosto de 2022).
- REAL SYNDICATO AGRÍCOLA D'ÉVORA (1900). *Comício Vinícola Realizado em Évora no dia 17 de Dezembro 1899: Documentos*. Évora: Minerva Commercial de Ferreira & Irmão.
- REAL SYNDICATO AGRÍCOLA D'ÉVORA (1901). *Boletim do Real Sindicato Agrícola d'Évora*, 1, 2, 45.
- REAL SYNDICATO AGRÍCOLA D'ÉVORA (1901). *Boletim do Real Sindicato Agrícola d'Évora*, 1, 9, 137-139.
- REAL SYNDICATO AGRÍCOLA D'ÉVORA (1902). *Boletim do Real Sindicato Agrícola d'Évora*, 2, 13, 26-28.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne (1991). *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa.
- SAAVEDRA ALIÁS, Inmaculada (2012). “Las Sociedades Económicas Amigas del País: Proyecto y realidad en la España de la ilustración”. *Obradoiro de Historia Moderna*, 21, 219-245.
- SÁNCHEZ BLÁZQUEZ, Margarita (2009). “La formación agraria en la Extremadura del XIX”, in Sara Espina Hidalgo (ed.), *Dioses, Mitos y Demonios: La Agricultura Extremeña en el siglo XIX*. Badajoz: Junta de Extremadura, Consejería de Agricultura y Desarrollo Rural, 115-130.
- SÁNCHEZ PASCUA, Felicidad (1985). *Política y educación: incidencias en el Instituto de Segunda Enseñanza de Badajoz (1845-1900)*. Badajoz: Diputa-

ción de Badajoz.

- SEPÚLVEDA MANGAS, Remedios (2009). “La cátedra de agricultura en la RSEEAP de Badajoz”, in Sara Espina Hidalgo (ed.), *Dioses, Mitos y Demonios: La Agricultura Extremeña en el siglo XIX*. Badajoz: Junta de Extremadura, Consejería de Agricultura y Desarrollo Rural, 153-158.
- SILVA, Ana Isabel Coelho (2017). “A norma e o desvio: história da evolução dos compromissos das misericórdias portuguesas”, in José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. X. Lisboa: União das Misericórdias, 43-118.
- SIMPSON, James (1997). *La agricultura española (1765-1965): la larga siesta*. Madrid: Alianza Editorial.
- SYNDICATO AGRÍCOLA DE CASTELO DE VIDE (1899). *Estatutos do Sindicato Agrícola de Castello de Vide, aprovados por Alvará de 11 de Outubro de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SYNDICATO AGRÍCOLA DE ELVAS (1904). *Estatutos do Sindicato Agrícola d’Elvas*. Elvas: Sindicato Agrícola de Elvas.
- SYNDICATO AGRÍCOLA DE VILA VIÇOSA (1899). *Estatutos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SYNDICATO AGRÍCOLA DOS LAVRADORES DO SUL DO TEJO (1900). *Estatutos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ZOZAYA MONTES, María (2002). *El Casino de Madrid, Orígenes y Primera Andadura*. Madrid: Casino de Madrid.
- ZOZAYA MONTES, María (2008). *El Casino de Madrid: ocio, sociabilidad, identidad y representación social*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tesis Doctoral.
- ZOZAYA MONTES, María (2018). “Geoestrategia napoleónica para homogeneizar la nueva élite empleando casinos y círculos, Italia y Península Ibérica (1750-1910).” *Cahiers de la Mediterranee*, 96, 105-122.
- ZOZAYA MONTES, María (2019). “Asociarse en el espacio público ibérico: Características y morfología en la etapa de tránsito y afianzamiento del liberalismo (1835-1935)”, in Giovanni Moschella (dir.), *Orizzonti di Senso: studi di Storia, Filosofia e Diritto*. Roma: Aracne, 169-200.